

*Manifesto da Bancada Feminina da Alesc*

**16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres**



Na condição de deputadas estaduais integrantes da Bancada Feminina da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), eleitas democraticamente, destacamos que o diálogo sobre o exercício político das mulheres em diferentes espaços precisa ser reiteradamente fomentado e ampliado. Diante disso, considerando o início dos *16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres*, vimos ressaltar a necessidade e a importância desse debate no âmbito legislativo.

De início, honramos todas as mulheres que nos antecederam. Não há muito tempo somos reconhecidas enquanto seres capazes de ocupar espaços públicos de poder e decisão mas, até hoje, ainda há quem resista a essa ideia, dentro e fora do parlamento catarinense. Foi apenas em 1934 - há menos de 100 anos - que as mulheres tiveram direito a exercer a política de forma ativa: votar e serem votadas.

Em Santa Catarina, nossa pioneira foi Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista; primeira mulher negra a ser eleita no Brasil! Dentro desse universo predominantemente masculino e branco que predomina na política catarinense e nacional, Antonieta de Barros foi a única deputada estadual mulher e negra em seu tempo, e suas ideias e proposições perduram para além de seus dois mandatos como deputada estadual.

***“Quando a mulher negra se movimenta,  
toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”.***

**[Angela Davis]**



Fonte: [Alesc](#)

### **Antonieta, presente!**

Em 1989, com o advento do Estado Democrático de Direito, Santa Catarina construiu e promulgou sua Constituição Estadual, pelo parlamento catarinense junto à sociedade civil. Naquele momento, apenas uma mulher se fez presente na condição de deputada estadual constituinte: Luci Teresinha Choinacki, trabalhadora rural do Oeste Catarinense que trouxe consigo ao parlamento a agricultura familiar e o Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina.



Fonte: Alesc

**Valeu, Luci!**

É fortalecedor ter ao lado uma aliada, alguém que compreenda suas palavras por ter nascido e crescido, assim como você, numa estrutura desigual e machista, em ambiente hostil para a liberdade das mulheres. Imaginem-se, então, defendendo os direitos das mulheres numa casa legislativa, diante da sociedade e da imprensa estadual, rodeada apenas de colegas de trabalho homens: sem nenhuma mulher na mesma posição e por perto naquele momento.

### **Tudo é político se você é mulher!**

Diante destes cenários e contextos, numa das ações da Bancada Feminina para demonstrar a presença feminina neste espaço político, inauguramos a Galeria Lilás da Alesc em 2015. À época, participavam da galeria 12 deputadas estaduais, considerando todo o período legislativo desde 1934. De lá para cá, em 2021, a Galeria Lilás conta com 17 rostos de mulheres que atuaram e atuam na política estadual catarinense enquanto deputadas.

A Galeria Lilás expõe que até a virada do século tivemos apenas 4 deputadas - em contraponto à extensa galeria de rostos de homens que presidiram a Assembleia desde a sua constituição até hoje -, e que após Antonieta de Barros não tivemos mais nenhuma mulher negra no parlamento catarinense. Atualmente, somos seis deputadas, sendo cinco integrantes da Bancada Feminina. Ou seja, dos 40 parlamentares, 6 são mulheres: até hoje, na história de Santa Catarina, o maior número de representação feminina.

Nestes *16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres* ressaltamos essa necessidade de mulheres na política, bem como a emergência de políticas públicas efetivas para o fim das violências de gênero.

Temos instrumentos em Santa Catarina que são primordiais para compreender nossa realidade e atuar pautados em demandas específicas, o Pacto Estadual Maria da Penha, articulado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM) e assinado e ratificado por instituições catarinenses e pelo Governo do Estado em 2018, indica metas, objetivos, diretrizes e propõe a organização de ações a serem desenvolvidas para a Estruturação da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. O instrumento existe, precisamos executá-lo!

Uma das ações previstas no Pacto é a implantação do Sistema integrado de informações de violência contra a mulher no Estado de Santa Catarina, o Observatório da Violência contra a Mulher de Santa Catarina (OVM/SC), que foi oficialmente implantado em 2021 e integra dados sobre a violência contra a

mulher em nosso estado, as redes de enfrentamento, serviços e atendimentos disponíveis, legislações, bem como publicações, eventos e demais informações necessárias para as mulheres em situação de violência, para os poderes públicos, instituições e sociedade em geral analisar e monitorar a situação da violência contra a mulher em Santa Catarina e idealizar proposições e medidas públicas para a erradicação da violência contra a mulher.

Instituímos, também no âmbito da Alesc, a Procuradoria Especial da Mulher, através do Projeto de Resolução 004, de 16 de junho de 2021, que é uma ferramenta de informação e suporte no combate às agressões e a discriminação contra as mulheres, posto que recebe e encaminha aos órgãos competentes as denúncias de violência. Sua instituição ocorreu, mas não sem embates, pois em contraponto ocorreu a apresentação de resolução para instituir a Procuradoria do Homem.

Aproveitando este tema, ressaltamos que nossa atuação em favor das mulheres não significa que somos desfavoráveis aos homens! Precisamos compreender que a nossa estrutura de sociedade é machista, e que homens podem - e devem - ser nossos aliados.

Com esta premissa, em 06/12/2021 (segunda-feira), às 19h, no *Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da violência contra as Mulheres (Lei 11.489/2007)* e *Dia Estadual de Mobilização dos Homens pelo Fim da violência contra as Mulheres (Lei 16.488/2014)*, pretendemos realizar debate virtual sobre as ações dos grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra as mulheres e sobre masculinidades. Na oportunidade deverá ser protocolado projeto de lei sobre o tema.

Outro ponto urgente para nosso debate é a mulher no orçamento público! Numa análise inicial e superficial, apenas indicando nas últimas leis orçamentárias estaduais palavras-chave como "mulheres", "gênero", "violência doméstica" e afins, constata-se que a mulher não está lá. O fim da violência contra a mulher está defasado, também, pela ausência de recursos e fundo próprios para o real enfrentamento da violência contra a mulher em nosso estado.

O debate sobre o orçamento perpassa pela destinação de recursos para viabilizar a estruturação de novas delegacias especializadas, fundo específico, criação de novos centros de referência e núcleos especializados, contratação de pessoal, campanhas e programas, etc. Precisamos ampliar este debate no parlamento e executivo estaduais, bem como nos órgãos de controle destas políticas públicas!

Avançamos em diversas proposições legislativas: atuamos no período de pandemia para garantir segurança, proteção, auxílio e informação às mulheres; debatemos sobre a pobreza menstrual e o acesso

das pessoas que menstruam a tampões, absorventes e coletores menstruais; incluímos a história das mulheres catarinenses no currículo escolar; garantimos em lei o atendimento especial para fins de emprego e renda, vagas em escolas e demais providências necessárias para as mulheres que sofreram violência doméstica; instituímos o Programa Tem Saída, destinado ao apoio às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Nestes *16 dias de ativismo*, nos próximos dias e em toda nossa atuação legislativa, seguiremos fiscalizando e cobrando a atuação do estado na prevenção às violências e na proteção às mulheres! Por todo o exposto, considerando essas ações e necessidades prioritárias, enquanto coletivo de mulheres unidas no parlamento catarinense, reiteramos nosso compromisso com a vida das mulheres!

Florianópolis, novembro de 2021.



**Ada De Luca (MDB)**



**Dirce Heidercheidt (MDB)**



**Luciane Carminatti (PT)**

Coordenadora  
Bancada Feminina



**Marlene Fengler (PSD)**



**Paulinha (sem partido)**